

Termo de Referência SUPGL 01957/2015**Título****Serviço de intermediação e agenciamento de táxis via aplicativo smartphone e ambiente web****1ª Versão****Vinculação com Documento de Oficialização de Demanda**

Número DOD	Título da Demanda	Número do Item	Nome do Objeto	Descrição
P2014-0081	SERVIÇOS CONTÍNUOS DA REGIONAL CURITIBA.	23000	TRANSPORTE	SERVIÇO DE TÁXIS VIA APLICATIVO SMARTPHONE E AMBIENTE WEB.

1.0 Objeto

1.1 Contratação do serviço de intermediação e agenciamento de táxis via aplicativo smartphone e ambiente web

2.0 Especificação do objeto a ser contratado

2.1 Serviço de intermediação e agenciamento de táxis via aplicativo smartphone e ambiente web;

2.2 Das funcionalidades do sistema:

2.2.1. O sistema da CONTRATADA deverá dispor, no mínimo, das seguintes funcionalidades:

2.2.1.1. Prévia identificação e cadastro dos usuários/passageiros para uso dos serviços por meio de login e senha pessoal, vinculados a centros de custos;

2.2.1.1.1. A CONTRATANTE deverá ter a opção de gerenciar os usuários cadastrados, podendo incluir/excluir usuários a qualquer momento;

2.2.1.1.2. Possibilidade de se definir, com antecedência, cada usuário e os limites de utilização em cada centro de custo, estabelecendo perfis por centro de custo e por perfil individual;

2.2.1.2. Solicitação do táxi/corrida via aplicativo instalado previamente em smartphone – nos sistemas operacionais Android e IOS, no mínimo – ou através de plataforma web – nos sistemas operacionais Linux (Ubuntu) e Windows, no mínimo;

2.2.1.3. Monitoramento da corrida, pelo solicitante, desde o instante da solicitação, em que seja possível identificar a estimativa do tempo de espera e chegada do táxi (mapa de acompanhamento do chamado), o nome e telefone do taxista e a identificação do veículo;

2.2.1.4. Opção de cancelamento da corrida após passado o dobro do tempo de espera estimado ou período pré-definido em comum acordo com a fiscalização do Contrato;

2.2.1.5. Emissão de correspondência eletrônica – e-mail – no final de cada atendimento/corrida ao usuário, gestor do centro de custo e gestor do contrato (com opção de inibição do envio) contendo o histórico do atendimento: endereço de partida e destino, quilometragem percorrida, tempo decorrido, identificação do carro e do taxista, valor da corrida e justificativa apresentada;

2.2.1.6. Cobrança e processamento do pagamento da corrida pelo aplicativo do taxista, após validação do usuário previamente cadastrado;

2.2.1.7. Avaliação do serviço pelo passageiro, via aplicativo ou ambiente web;

2.2.1.7.1. Os registros das avaliações devem permitir à CONTRATANTE, na hipótese de avaliação negativa, a exclusão do profissional para atendimento aos seus usuários quando a(s) avaliação(ões) mostrar incompatibilidade da atuação, desempenho e/ou comportamento com os padrões de excelência esperados;

2.2.1.8. Disponibilização dos dados das corridas para consulta por meio de ambiente web que armazenará os relatórios e o painel de gestão para conferência;

2.2.1.8.1. Este ambiente web deverá apresentar em relatório as seguintes informações, no mínimo:

2.2.1.8.1.1. Identificação do carro/táxi, inclusive placa;

2.2.1.8.1.2. Identificação do taxista;

2.2.1.8.1.3. Valor da corrida – que deverá corresponder fielmente ao constante no taxímetro, com

os devidos acréscimos descritos no seguinte item;

2.2.1.8.1.4. Valores acrescidos pela prestação de serviços, de acordo com a regulamentação do município do cadastro do táxi, como uso do porta-malas (bagagem), pedágios, corridas intermunicipais/retorno, dentre outros, que também deverão ser aprovados e confirmados pelos usuários/passageiros ao final da corrida;

2.2.1.8.1.5. Origem;

2.2.1.8.1.6. Destino;

2.2.1.8.1.7. Rota percorrida;

2.2.1.8.1.8. Quilometragem percorrida;

2.2.1.8.1.9. Data da corrida;

2.2.1.8.1.10. Horário do agendamento e/ou da solicitação/chamada;

2.2.1.8.1.11. Identificação da CONTRATANTE;

2.2.1.8.1.12. Centro de custo da CONTRATANTE;

2.2.1.8.1.13. Identificação do usuário/Passageiro(s);

2.2.1.8.1.14. Motivo/Justificativa da corrida;

2.2.1.8.2. Os relatórios de gerenciamento deverão permitir a visualização dos dados das corridas das seguintes formas, no mínimo:

2.2.1.8.2.1. Corridas e gastos por usuário/passageiro;

2.2.1.8.2.2. Corridas e gastos por centro de custos;

2.2.1.8.2.3. Corridas e gastos por período de tempo;

2.2.1.8.3. Os relatórios de gerenciamento deverão permitir a visualização do histórico de todas as corridas realizadas, no sistema, com os seguintes perfis, no mínimo:

2.2.1.8.3.1. Pelo próprio usuário: acesso ao relatório e histórico de suas próprias corridas;

2.2.1.8.3.2. Gestor do centro de custo: acesso apenas aos relatórios de todos os usuários/passageiros de sua própria unidade/centro de custo;

2.2.1.8.3.3. Gestor do CONTRATO: acesso completo a todos os centros de custos e relatórios de utilização de táxis de todos os usuários/passageiros da CONTRATANTE;

2.3 Da solicitação e execução do serviço:

2.3.1. Os serviços deverão estar disponíveis, ao menos, no Distrito Federal, em todas as capitais de estado e respectivas regiões metropolitanas, e nas seguintes cidades: Ribeirão Preto/SP, XXXXX/XX...

2.3.2. Os táxis cadastrados no sistema de agenciamento da CONTRATADA deverão obedecer, fielmente, à legislação/normatização pertinente do Código de Trânsito Brasileiro, do Conselho Nacional de Trânsito e, especialmente, do Município/Distrito de cadastro e atuação do táxi;

2.3.3. Os serviços deverão ser prestados ininterruptamente, durante as vinte e quatro horas dos sete dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados;

2.3.4. A CONTRATADA deverá dispor de número telefônico de atendimento, 24 horas, para contato em situações de emergência;

2.3.5. Os serviços serão prestados mediante solicitação da CONTRATADA efetuada por:

2.3.5.1. Aplicativo smartphone da CONTRATADA;

2.3.5.2. Aplicativo/Ambiente web da CONTRATADA;

2.3.5.3. SMS (opcional);

2.3.5.4. Telefonema à Central de Atendimento da CONTRATADA (opcional);

2.3.6. O usuário poderá solicitar:

2.3.6.1. o atendimento imediato da chamada;

2.3.6.2. o agendamento prévio, com data e horário (opção disponível em, pelo menos, uma das opções de chamada);

2.3.7. O taxímetro deverá ser acionado somente no momento do embarque do passageiro, encerrando-se a apuração do valo a ser cobrado no destino final do usuário;

2.3.8. O usuário sempre deverá apresentar justificativa, que deverá ficar registrada no sistema, para a utilização do serviço;

2.4 Das tarifas:

2.4.1. A cobrança pela prestação dos serviços será feita de acordo com os valores estabelecidos pelas legislações municipais/distritais vigentes, inclusive sobre tarifas extras como utilização de porta-malas, pedágios, retornos, etc. - na ausência da regulamentação das tarifas extras as mesmas não poderão ser cobradas;

2.4.1.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar as legislações municipais/distritais com as respectivas tabelas de valores no início da execução contratual e a cada alteração que vier a ocorrer;

2.4.2. Não haverá cobrança pela utilização do serviço de agendamento, o mesmo fará parte integrante da prestação do serviço;

2.4.3. Os serviços serão medidos mensalmente com base nos valores constantes do sistema de pagamento eletrônico devidamente atestados pelos usuários da CONTRATADA, ao término de cada corrida, para acompanhamento e fiscalização dos trabalhos realizados;

2.4.4. Sobre o valor apurado dos atendimentos/corridas será acrescido o percentual referente a taxa administrativa, cobrado pela utilização do sistema de gerenciamento e da própria intermediação;

2.4.5. Somente serão considerados válidos os atendimentos confirmados pelo usuário ao final de cada atendimento/corrida;

2.4.6. A CONTRATADA deverá oferecer alternativa para que o sistema processe o pagamento mesmo que a internet não esteja ativa no local de destino, seja por falhas do próprio sistema, da operadora de telefonia, sinal, satélite, mau tempo, sem qualquer possibilidade de fraude e manipulação, mediante confirmação do atendimento por meio de login e senha pessoal do usuário, ainda que em momento posterior à chegada no destino final;

2.4.7. Na hipótese de haver qualquer contestação do valor pelo usuário no ato da conferência posterior da corrida, prevalecerá o valor correspondente a menor quilometragem possível entre a origem e o destino, extraída de sítios de mapas, a qual será multiplicada pelo valor da respectiva bandeira vigente e da bandeirada inicial;

2.5 Dos Táxis Cadastrados:

2.5.1. A CONTRATADA, ao cadastrar os veículos em seu sistema, deverá observar:

2.5.1.1. Os serviços serão prestados por táxis categoria comum, habilitados e autorizados pelos municípios/distrito;

2.5.1.2. Dispor de táxis para o atendimento de cadeirantes e pessoas com restrições de mobilidade (veículos adaptados) em todos os locais de atendimento;

2.5.1.3. Os veículos deverão possuir as características necessárias para a aprovação do município/distrito de atuação;

2.5.1.4. Os veículos deverão estar devidamente identificados, conforme as determinações normativas do município/distrito de atuação;

2.5.1.5. Os veículos deverão possuir a permissão e o alvará de tráfegos dentro da validade;

2.5.1.6. Os veículos devem ser dotados dos equipamentos de segurança obrigatórios pela legislação nacional e com a documentação prevista em lei;

2.5.1.7. Os veículos deverão estar dentro dos parâmetros de segurança, conservação e higienização exigidos pelo município/distrito de atuação;

2.5.1.8. Os veículos deverão obrigatoriamente portar os seguintes documentos e equipamentos, em seus prazos de validade, além dos exigidos pela legislação vigente:

2.5.1.8.1. Taxímetro aferido e lacrado por órgão competente;

2.5.1.8.2. Autorização de tráfego;

2.5.1.8.3. Registro do condutor;

2.5.1.8.4. Selo de vistoria;

2.5.1.8.5. Tabelas vigentes de tarifas em vigor;

2.6 Dos Motoristas:

2.6.1. A CONTRATADA deverá observar quando do cadastramento dos motoristas:

2.6.1.1. Que os veículos serão conduzidos por motoristas profissionais autônomos, devidamente credenciados e cadastrados no órgão público competente;

2.6.1.2. Que não deve ser permitido, sob nenhuma hipótese, a condução em serviço de táxi com a Carteira Nacional de Habilitação suspensa ou de categoria diferente da exigida por lei;

2.7 Do Prazo para Início das Atividades e da Vigência do CONTRATO:

2.7.1. O prazo para implantação e início da execução dos serviços contratados será de até vinte dias úteis contados da assinatura do instrumento contratual, nos seguintes termos:

2.7.1.1. Para implantação e/ou acesso ao sistema: até dez dias úteis;

2.7.1.2. Treinamento no sistema: até cinco dias úteis, a depender da disponibilidade dos empregados da CONTRATANTE;

2.7.1.3. Início da operação: até dois dias úteis contados a partir da data de finalização da etapa de treinamento do sistema;

2.7.2. A vigência contratual será de doze meses prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos até o limite de sessenta meses;

2.7.2.1. Os dados da execução contratual e os registros nos sistemas deverão ficar disponíveis para a CONTRATANTE pelo período mínimo de cinco anos após o término da vigência do CONTRATO, sem nenhuma espécie de ônus ou restrição para consulta;

2.8 Obrigações da CONTRATADA:

2.8.1. Designar um profissional (preposto) da CONTRATADA (gerente de projeto ou de conta ou de relacionamento, por exemplo) que seja responsável pelo relacionamento estratégico com a CONTRATANTE, com autonomia para tomar decisões que impactem no bom andamento dos serviços;

2.8.2. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, cumprindo suas especificações, exigências e níveis de serviços, independentemente da atuação da Fiscalização.

2.8.3. Implantar adequadamente o planejamento, a execução e a supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante.

2.8.4. Atender as notificações recebidas da fiscalização do SERPRO, observando/atendendo as normas, instruções e ordens internas emanadas pelo gestor/fiscal do SERPRO, além da legislação pertinente, regularizando pronta e imediatamente qualquer anormalidade constatada durante a execução dos serviços.

2.8.5. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da gestão do SERPRO, para acompanhamento da execução do Contrato, prestando tempestivamente todos os esclarecimentos que lhes forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

2.8.6. Levar ao conhecimento da fiscalização, imediatamente ao ocorrido e por escrito, qualquer tipo de acidente ou fato extraordinário ou anormal, que eventualmente venha a ocorrer durante a execução dos serviços, para adoção das medidas cabíveis.

2.8.7. Arcar com todos os ônus decorrentes de retrabalho quando da execução irregular dos serviços.

2.8.8. Responsabiliza-se civil e criminalmente por qualquer dano que venha a provocar ao SERPRO, seus empregados ou a Terceiros, em decorrência da execução dos serviços objeto do presente Contrato, ou da omissão deles.

2.8.9. Proceder à indenização pecuniária por danos morais ou materiais causados aos empregados do SERPRO ou terceiros, ou indenizações, reparações e reposições de instalações ou patrimônio do SERPRO ou de terceiros sob a responsabilidade do SERPRO, quando de danos e perdas ocasionados por empregados da CONTRATADA ou em decorrência dos serviços prestados, autorizando desde já o desconto do valor correspondente do pagamento devido a CONTRATADA ou da garantia fornecida pela mesma.

2.8.10. Responsabilizar-se pelos prejuízos decorrentes de ação judicial, inclusive honorários de advogados, custas e despesas processuais, perdas e danos, lucros cessantes, juros moratórios ou quaisquer outras despesas não expressamente relacionadas, que o SERPRO necessite ajuizar ou responder, devendo a CONTRATADA ser nomeada à autoria para comparecer ao processo pela melhor forma permitida em direito.

2.8.11. Manter o SERPRO livre de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação ou omissão.

2.8.12. Apurado o dano, a CONTRATADA deverá recolher o valor correspondente em Depósito Identificado no Bando do Brasil, no prazo de 05 (cinco) dias da notificação pelo SERPRO. A CONTRATADA desde já autoriza o SERPRO a descontar da garantia ou das faturas vincendas, o valor correspondente às despesas com indenizações/ressarcimentos que o SERPRO venha assumir.

2.8.13. É assegurado à CONTRATADA o contraditório e ampla defesa, conforme legislação aplicável.

2.9 Da Confidencialidade:

2.9.1. A CONTRATADA e seus empregados obrigar-se-ão a manter, mesmo após o término da vigência contratual, a mais absoluta confidencialidade sobre dados e informações disponibilizados ou conhecidos em decorrência da prestação dos serviços objetos desta contratação, bem como,

tratá-los como matéria sigilosa.

2.9.2. Ficarão a CONTRATADA e seus empregados terminantemente proibidos de fazer uso ou revelação, sob nenhuma justificativa, a respeito de qualquer informação, dados, processos, fórmulas, códigos, cadastros, fluxogramas, diagramas lógicos, dispositivos, modelos ou elementos de propriedade do SERPRO ou de seus Clientes, aos quais tiver acesso em decorrência da prestação dos serviços.

2.9.3. A CONTRATADA e seus empregados deverão obedecer às normas sobre confidencialidade e segurança, internas e externas, adotadas pelo SERPRO além das Cláusulas específicas constantes no instrumento contratual.

2.9.4. Por descumprimento das obrigações relacionadas com a confidencialidade das informações, mediante ações ou omissões intencionais ou acidentais, determinará a responsabilização na forma da lei, de seus dirigentes e empregados envolvidos, durante e após a vigência contratual.

2.9.5. A violação das condições estabelecidas neste item ensejará a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, previstas em lei.

2.10 Da Sustentabilidade

2.10.1. Em respeito a Instrução Normativa 01 da SLTI/MPOG (Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão) a Contratada deverá adotar medidas para promover a sustentabilidade ambiental, como restringir a utilização de papel nas comunicações relativas a este Contrato, orientar e treinar seus funcionários nas boas práticas de sustentabilidade e promover campanhas de conscientização aos taxistas cadastrados em sua plataforma, dentre outras ações pertinentes ao objeto;

2.11 Das Obrigações do SERPRO:

2.11.1. Não obstante a Contratada seja a única responsável pela execução dos serviços, o SERPRO reserva-se no direito, sem que, de qualquer forma, restrinja a plenitude desta responsabilidade, de exercer a mais ampla fiscalização sobre os serviços;

2.11.2. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada desempenhe suas obrigações, dentro das regras acordadas no Contrato;

2.11.3. Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer orientação acerca dos serviços;

2.12 Demais condições:

2.12.1. É vedado que a Contratada transfira a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratual;

2.12.2. Os empregados da Contratada não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o Contratante, sendo de exclusiva responsabilidade da empresa, as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;

3.0 Níveis de serviço e sancionamentos

3.1 O acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato pelo SERPRO será exercida pelo Gestor do Contrato, que poderá designar formalmente, após a assinatura do contrato, Fiscal Administrativo e Fiscal Técnico para auxiliá-lo.

3.2 Da fiscalização administrativa:

3.2.1. A fiscalização administrativa tem por objetivo efetuar o monitoramento dos aspectos administrativos da execução contratual, realizando o registro das medições, apontamentos e a alimentação dos sistemas de gestão, de forma a realizar atestes, quando delegado, e auxiliar o Gestor do Contrato, proporcionando-lhe as conformidades legal e administrativa requeridas, além de zelar pelo histórico da gestão contratual. Deve acompanhar o adimplemento das obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e documentos habilitatórios.

3.3 Da fiscalização técnica:

3.3.1. A fiscalização técnica tem por objetivo efetuar o acompanhamento da efetiva execução do objeto do contrato tendo por instrumento o Acordo de Níveis de Serviços (ANS) definido no Anexo XX deste Termo de Referência, para subsidiar o acompanhamento da execução geral e decisões do Gestor do Contrato, O fiscal poderá determinar as correções e providências que se fizerem necessárias, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços e de tudo dará ciência ao Gestor de Contrato.

3.4 Após assinatura do contrato, o Gestor e fiscal(is) fará(ão) reunião inicial com o(s) representante(s) da CONTRATADA, apresentando o Plano de Inserção da Contratada na forma da norma interna GA-011, ocasião em que transmitirá ao preposto indicado pela CONTRATADA

as normas internas de segurança, de acesso às dependências, de confidencialidade e prestará os esclarecimentos relativos às questões operacionais e de gerenciamento do contrato, fornecendo as cópias dos documentos Normativos internos do SERPRO, e firmando a competente Ata de Reunião.

3.5 A CONTRATADA deverá executar todos os serviços com perfeição, independente da ação fiscalizadora do SERPRO.

3.6 A fiscalização pelo SERPRO não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do SERPRO ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.7 A CONTRATADA obriga-se a propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização dos serviços pelo SERPRO.

3.8 Quando os serviços não produzirem os resultados esperados, não forem executados ou não forem executados com a qualidade exigida, estará caracterizada sua não conformidade e ensejará a redução proporcional dos valores dos serviços conforme Avaliação dos Níveis dos Serviços (ANS) e a aplicação das sanções cabíveis.

3.9 Para os atos formais de recebimento e Aceitação dos serviços, o Gestor do Contrato seguirá os procedimentos estabelecidos na Norma Interna do SERPRO e utilizará os sistemas de gestão competentes para controle e liberação dos pagamentos devidos à CONTRATADA.

3.10 Quaisquer entendimentos entre a Fiscalização do SERPRO e a CONTRATADA, serão feitos por correspondência, não sendo levadas em consideração quaisquer alegações da empresa CONTRATADA com fundamento em ordens ou declarações verbais.

3.11 Das Penalidades:

3.11.1. A inexecução total ou parcial das condições pactuadas neste Contrato sujeitará a Contratada, garantida prévia defesa no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, às seguintes penalidades:

3.11.1.1. advertência;

3.11.1.2. multa;

3.11.1.3. impedimento de contratar com o SERPRO por prazo até 5 (cinco) anos;

3.11.1.4. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida perante a própria autoridade que aplicou a pena, a reabilitação, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir o SERPRO pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

3.11.2. As não conformidades detectadas na execução dos serviços e outros registros considerados relevantes pela Fiscalização do SERPRO, que evidenciem a mora, o descumprimento de obrigações ou a inexecução parcial ou total do contrato, serão apontadas em formulário específico de Registro de Ocorrência (RO), conforme modelo do Anexo XX deste Termo de Referência, a ser usado para motivar a aplicação das sanções/penalidades previstas nesta cláusula.

3.11.3. Da Advertência:

3.11.3.1. A sanção de advertência de que trata a alínea “3.11.1.1” da Subcláusula 3.11 poderá ser aplicada nos casos de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato e/ou outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do SERPRO, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

3.11.4. Da Multa de mora:

3.11.4.1. A Multa de Mora tem previsão legal no art. 86 da Lei nº 8.666/1993, sendo aplicada à Contratada mediante desconto em garantia pecuniária ou em créditos da Contratada, em decorrência de perda de prazo, atraso injustificado no início do serviço contratado ou do retardamento de alguma obrigação inicial, não vinculados a interesses do SERPRO.

3.11.4.2. Pelo não início do serviço e/ou execução de obrigação inicial, no prazo estipulado: multa de 1% (um por cento) sobre o valor mensal do serviço, por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento) do valor mensal do serviço.

3.11.4.3. A multa de mora não impede que o SERPRO rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções previstas neste contrato.

3.11.5. Da Multa por descumprimento dos Níveis de Serviços:

3.11.6. A multa será aplicada quando, na aferição do Índice de Níveis de Serviço do período, a CONTRATADA extrapolar a última faixa percentual prevista na tabela de adequação de pagamento do ANS (Anexo XX deste Termo de Referência), demonstrando um viés contínuo de desconformidade na prestação do serviço, mediante o uso da Tabela de Pontuação x Penalidade.

3.11.6.1. Tabela de pontuação x penalidade

Pontuação acumulada	Penalidade a ser aplicada para excessos de imperfeições
De 30 a 43 %	Multa de 1%
De 25 a 29%	Multa de 2%
Abaixo de 25 %	Multa de 5%

3.11.6.2. A aplicação dessa multa ocorre sem prejuízo dos descontos decorrentes da adequação de pagamento dos níveis de serviço e da possibilidade de outras multas ou rescisão contratual.

3.11.6.3. Será utilizado o somatório da pontuação atribuída a cada ocorrência registrada nos devidos ROs, apontadas do dia 16 do mês anterior até o dia 15 do mês de competência, como memória de cálculo para determinar a sanção a ser aplicada, conforme tabela do item 3.11.3.3.2.

3.11.6.4. As multas por descumprimento de níveis de serviços terão como base de cálculo o valor mensal dos serviços estabelecido neste contrato para cumprimento dos serviços com nível máximo de qualidade.

3.11.7. Da Multa por descumprimento de obrigações de caráter administrativo:

3.11.7.1. A multa será aplicada à CONTRATADA a partir da Tabela de Infrações, pontuadas de acordo com o grau de comprometimento da ocorrência, mediante o uso da Tabela de Pontuação x Sanção.

3.11.7.2. Tabela de Infrações:

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratados	4	Por dia e por posto
2	Permitir situação que possa causar riscos às atividades e objetivos sociais do SERPRO ou de seus clientes, inclusive, quanto a segurança de recursos logísticos, informações e dados	4	Por ocorrência
3	Divulgar assuntos/documentos confidenciais	4	Por ocorrência
4	Cometer reiteradas faltas sob registro da fiscalização	4	Por ocorrência
5	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, sem motivo justificado	2	Por ocorrência e por dia
6	Cumprir com lentidão ou desdenho, obrigações decorrentes de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos, proporcionando a frustração do objeto contratual	2	Por ocorrência e por dia
7	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes	2	Por ocorrência
Para os itens a seguir, deixar de:			
8	Manter as condições de habilitação	1	Por ocorrência

9	Esclarecer solicitações formais e de sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas e não dar retorno dos contatos da fiscalização	1	Por ocorrência e/ou por dia
---	--	---	-----------------------------

3.11.7.3. Grau de comprometimento:

Grau de comprometimento	Pontuação atribuída
Alta severidade	4
Média severidade	2
Baixa severidade	1

3.11.7.4. Tabela de Pontuação x Penalidade:

Pontuação acumulada no mês	Penalidade a ser aplicada
De 01 a 03 pontos	Advertência
De 04 a 06 pontos	Multa de 1%
De 07 a 09 pontos	Multa de 2%
De 10 a 12 pontos	Multa de 5%
Acima de 13 pontos	Rescisão contratual

3.11.7.5. Pelo descumprimento de qualquer outra condição fixada neste contrato e não abrangida pelos itens anteriores, sujeitar-se-á a Contratada ao pagamento de multa no percentual de 1% (um por cento) a cada evento (por dia e/ou ocorrência).

3.11.7.6. Para apuração mensal e determinação da penalidade a ser aplicada serão avaliados os Registros de Ocorrência - ROs apontados no período do dia 16 do mês anterior até o dia 15 do mês de competência.

3.11.7.7. As multas por descumprimento de obrigações terão como base de cálculo o valor mensal dos serviços estabelecido neste contrato para cumprimento dos serviços com nível máximo de qualidade.

3.11.8. Da Multa pela inexecução total do contrato

3.11.8.1. Quando da inexecução parcial ou total do contrato, a CONTRATADA se sujeitará ao pagamento de multa de até 15% (quinze por cento) do valor total anual do contrato, incluindo-se valores de eventuais adições, sem prejuízo da rescisão contratual e outras sanções legais.

3.11.9. Do impedimento de licitar

3.11.9.1. Sanção de maior rigor, que impõe à Contratada o impedimento temporário de participação em licitação, com base no art. 7º da Lei 10.520/02, sem prejuízo da aplicação das multas e outras sanções legais cabíveis.

3.11.9.2. O SERPRO adotará os eventos e prazos seguintes para impedimento da contratada:

3.11.9.2.1. não manter as condições habilitatórias vigentes à data da celebração contratual, excetuando-se as relativas ao porte da Contratada, durante sua vigência – prazo de 06 (seis) meses;

3.11.9.2.2. não recompor níveis de serviços acordados, quando esgotados os sancionamentos próprios, regulares e inerentes aos monitoramentos técnico-operacional e administrativo do gerenciamento contratual – prazo de 02 (dois) anos;

3.11.9.2.3. adotar comportamentos inidôneos, em qualquer tempo da contratação – prazo de 03 (três) anos;

3.11.9.2.4. falhar ou fraudar na execução do contrato ensejando o retardamento de seu objeto – prazo de 05 (cinco) anos; e

3.11.9.2.5. inexecução contratual total ou parcial – prazo de 05 (cinco) anos.

3.11.9.2.6. cometer fraude fiscal – prazo de 05 (cinco) anos.

3.11.9.3. Para registro da penalidade no SICAF, em obediência ao disposto no art. 7º da Lei 10.520/2002, a

abrangência da penalidade será extensiva à União.

3.11.10. Da declaração de inidoneidade

3.11.10.1. Sanção de maior rigor com fundamentação legal no inciso IV, do art. 87 e no art. 88 da Lei 8666/93, quando da:

3.11.10.1.1. inexecução total ou parcial do contrato;

3.11.10.1.2. a empresa ou profissionais tenham sofrido condenação definitiva por praticarem por meios dolosos fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

3.11.10.1.3. tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;

3.11.10.1.4. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

3.11.10.2. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública será mantida enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o SERPRO, que será concedida sempre que o contratado ressarcir pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item 3.11.9 (impedimento de licitar).

3.11.10.3. A aplicação da sanção de inidoneidade é de competência exclusiva do Ministro de Estado, facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 10 (dez) dias da abertura do processo para vista, podendo a reabilitação ser requerida após (2) anos de sua aplicação.

3.11.11. Observações gerais acerca da aplicação de penalidades

3.11.11.1. As sanções previstas nas alíneas “3.11.1.1”, “3.11.1.3” e “3.11.1.4” da subcláusula 3.11.1 poderão ser aplicadas junto com a da alínea “3.11.1.2”, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo Processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação pelo SERPRO.

3.11.11.2. As multas e descontos efetuados por ocasião da avaliação dos níveis de serviço serão sempre apenas sobre a taxa administrativa cobrada para a prestação do serviço, restando incólume o pagamento/repasse destinado aos taxistas;

3.11.11.3. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido à conta informada pelo SERPRO, após o vencimento do prazo recursal, podendo o SERPRO, para tanto, descontar da garantia, descontar das faturas vincendas e/ou ainda cobrá-las judicialmente, se julgar conveniente.

3.11.11.4. As multas e demais penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente.

3.11.11.5. A autoridade competente para decisão quanto a aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

3.11.11.6. São autoridades competentes no SERPRO para fins deste contrato:

3.11.11.6.1. para aplicação das penalidades, exceto inidoneidade: o Gerente Regional de Logística

3.11.11.6.2. para decisão quanto ao recurso administrativo: o Superintendente de Logística

3.11.11.7. As sanções aplicadas pelo SERPRO serão registradas no SICAF.

4.0 Especificação de valores e forma de pagamento

4.1 A presente contratação foi estimada em R\$ x.xxx,xx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx) mensais e R\$ xxx.xxx,xx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx) para um período de 12 (doze) meses. O valor total estimado para os 60 meses de contratação é de R\$ x.xxx;xxx,xx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).

4.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais e trabalhistas (salários/encargos), previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado;

4.3 O Contrato poderá ser repactuado, visando sua adequação aos novos preços de mercado, conforme periodicidade e percentuais estabelecidos pelas respectivas Prefeituras Municipais ou Governo do Distrito Federal;

4.3.1. Será responsabilidade da Contratada informar a Contratante das alterações nos preços, com a respectiva entrega das cópias dos documentos oficiais, e formalizar o(s) pedido(s) de repactuação, conforme item 2.4.1.1 deste Termo de Referência;

4.4 O faturamento será quinzenal, no prazo e condições definidos pela legislação específica;

4.5 As Notas Fiscais e/ou Faturas deverão ser entregues nos seguintes endereços:

SERPRO XXXX

SERPRO XXXX

4.6 Do Pagamento:

4.6.1. O pagamento ao fornecedor será efetuado no primeiro dia útil após o 20º (vigésimo) dia corrido da data de recebimento da nota fiscal e/ou fatura no Protocolo do SERPRO;

4.6.1.1. Serão pagas as corridas efetivamente realizadas acrescidas da taxa administrativa – o pagamento não será por valor estimado mas apenas sobre serviços efetivamente prestados;

4.6.2. Constatando-se alguma incorreção que desaconselhe o pagamento o prazo será contado a partir da respectiva regularização;

4.6.3. A cada pagamento efetivado pela contratante será procedida prévia verificação das condições de habilitação da contratada no SICAF, devendo o resultado ser impresso e juntado ao processo de pagamento;

4.6.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

4.7 A natureza da despesa é 33.90.33.

5.0 Justificativa da contratação

5.1 A contratação do serviço de Intermediação e Agenciamento do serviço de táxi via aplicativo smartphone e ambiente web, dentro dos parâmetros e critérios estabelecidos, com observância das normas e legislações aplicáveis, tem por objetivo viabilizar o transporte de empregados para a consecução de suas atividades laborativas, especialmente no atendimento aos clientes, objetivando o cumprimento da missão institucional da empresa.

5.2 A utilização de táxis visa complementar o serviço de transporte ofertado atualmente, contratação de motoristas e veículos, frente a adoção da metodologia adotada pelo GT (DS nº), designado com a finalidade de otimizar e unificar a produtividade, a execução e a contratação dos serviços em todas as regionais do SERPRO, com a aprovação da SUPGL, cujo Relatório Final e decisões constam do memorando xxxxx.

5.3 A opção pela contratação da intermediação e agenciamento via aplicativo smartphone e ambiente web visa trazer maior agilidade para o usuário final do serviço e maior controle para gestão do SERPRO, com a adoção de controles informatizados da utilização do serviço.

5.4 A contratação se enquadra como serviços continuados, cuja interrupção interfere na continuidade das atividades do SERPRO, devendo se estender por mais de um exercício financeiro.

5.5 Toda a especificação trata do mesmo objeto, a intermediação e agenciamento do serviço de táxi, comum ao mercado, não cabendo parcelamento do objeto.

5.6 A estimativa de utilização se deu a partir da produtividade atualmente apresentada pelo serviço de transporte ofertado pela SUPGL aos clientes internos, conforme determinações do grupo de trabalho retrocitado.

5.7 As definições desta contratação foram amparadas nas normas legais a seguir, sem prejuízo das demais normas pertinentes:

5.7.1. Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997, e alterações;

5.7.2. Instrução Normativa nº 1, de 19/01/2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências, e alterações;

5.7.3. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

5.8 A contratação pretendida consta do Planejamento Anual de Contratações do SERPRO e da programação orçamentária e financeira anual.

6.0 Seleção do fornecedor

6.1 O processo de licitação se fará na modalidade de Pregão Eletrônico tipo menor preço global;

6.2 A prestação do serviço de intermediação e agenciamento de táxis via aplicativo smartphone e plataforma web pode ser categorizado como serviço comum, podendo ser objetivamente definido por Edital de Pregão Eletrônico, por ser decorrente de desempenho e qualidade usual do mercado, conforme estabelecido no Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, e parágrafo único do artigo 1º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002;

6.3 As licitantes deverão apresentar, além dos documentos obrigatórios para licitar com a Administração Pública e dos usualmente solicitados pelo SERPRO, os seguintes documentos:

6.3.1. Declaração (ou atestado) de capacidade técnica, ou mais, expedida(o) por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando que a licitante executa ou executou a prestação do

serviço de intermediação e agenciamento de táxis via aplicativo smartphone e ambiente web por período não inferior a 6 (seis) meses e com quantitativo mínimo de XXXX (xxx) usuários cadastrados, ficando sujeita à vistoria para confirmação pela Contratante;

6.3.1.1. A licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços;

6.3.1.2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

6.4 Durante o processo de aceitação da proposta a licitante deverá realizar demonstrações de funcionalidade do aplicativo para avaliação dos seguintes requisitos, pelo menos: cadastro de usuários, acesso para inclusão/exclusão de usuários, registro da avaliação do serviço, funcionamento nos sistemas operacionais previstos, aprovação do pagamento pelo usuário, processamento do pagamento sem internet e relatórios gerenciais;

6.5 Será permitida a participação de empresas em consórcio, objetivando maior participação e concorrência para o certame, desde que obedecidas a legislação e normatização vigentes;

6.6 Da Proposta de Preços:

6.6.1. A licitante, antes de apresentar sua Proposta de Preços devidamente preenchida, deverá consultar detidamente as especificações deste Termo de Referência promovendo, a seu critério e conveniência, as diligências para sanar dúvidas e esclarecer questões, de modo a não incorrer em avaliações incompletas, erros e omissões que jamais poderão ser alegados para motivar eventuais pretensões de acréscimo de preços;

6.6.2. O valor total anual proposto deve ter como fundamento a Proposta elaborada de acordo com o modelo abaixo:

Cidade	Número de chamados	Valor da bandeirada (A)	Valor Total A	Número de quilômetros rodados	Valor do km rodado	Valor total B	Valor Estimado C (C=A+B)	TAXA (D) %	VALOR TAXA DE INTERMEDIÇÃO (E) = (C) X (D)	VALOR TOTAL (F) = (E) + (C)

XX % para serviços extras (previstos nas legislações municipais ou distrital) como bandeira 2, adicional de bagagem, taxa de retorno, veículo especial, adicional de dezembro, dentre outros										
TOTAL										

7.0 Justificativa para aceitação de preços

7.1 Foram encaminhadas pesquisas de preços para as seguintes empresas: XXXXXX;

7.1.1. As empresas XXXXXX não responderam a pesquisa de preço;

7.1.2. As empresas XXXX, CNPJ XXXXXX, responderam a pesquisa com os valores apresentados na tabela abaixo:

INSERIR TABELA

7.2 Dadas as propostas apresentadas acima, e anexadas a este Termo de Referência, o valor estimado da contratação será o oferecido pela empresa XXXXX totalizando o valor mensal de R\$ XXXXX (xxxxxxxxxxxxxx), o valor anual de R\$ XXXXX (xxxxxxxxxxxxxx) e o valor de R\$ XXXXXXXXXX (xxxxxxxxxxxxxxxxxx);

8.0 Gerenciamento contratual

8.1 O responsável por este Termo de Referência é o Gestor do Setor de Administração dos Serviços da Gerência Regional de Logística do SERPRO em, telefone, e-mail

8.2 O Gestor do Contrato será o SERPRO,, lotado no Setor de Administração dos Serviços da Gerência Regional de Logística do SERPRO em, telefone xxxx, e-mail: xxxx

8.3 O fiscal administrativo será designado oportunamente, por ocasião da assinatura do contrato.

8.4 Do Plano de Inserção da Contratada

8.4.1. A inserção da Contratada dar-se-á cumprindo as exigências da Norma GA/011 v. 05;

8.4.2. O SERPRO fará uma ou mais reuniões, com registro em ata, para expor ao preposto da Contratada os conhecimentos esperados para execução dos serviços, o detalhamento da infraestrutura, os compromissos, as obrigações, o acordo de nível de serviço e as condições contratuais de confidencialidade e segurança.

9.0 Considerações gerais

9.1 Em respeito à Norma do SERPRO GA/018 v. 01, explicita-se que esta contratação:

9.1.1. Não é relativa a bens ou serviços de informática ou automação, conforme se pode verificar no artigo 16A da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;

9.1.2. É relativa a serviço comum, para fim de caracterização constante no art. 1º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002;

9.1.3. É de serviço contínuo sem dedicação exclusiva de mão de obra.

9.2 As especificações não frustram nem restringem o caráter competitivo do certame e o dimensionamento do objeto está em conformidade com a demanda e as reais necessidades do SERPRO.

Elaboração

Data : 28/10/2015

THIAGO HARTENTHAL - 21095639

SUPGL/GLCTA/GLARE

Aprovação Técnica

Data : 29/10/2015

BASILIO DEMETERKO NETO - 09023267

SUPGL/GLCTA/GLARE

Anexos

Nenhum Anexo encontrado.